



Sociedade civil denuncia instrumentalização de jovens pelo Partido Frelimo para prática de violência eleitoral

Na quinta-feira, 5 de Março, o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) organizou, na cidade de Chókwè, um encontro de avaliação das eleições de 15 de Outubro de 2019 na província de Gaza. A reflexão foi organizada no âmbito do “Projecto de prevenção, mitigação e resolução de conflitos eleitorais em Moçambique” e contou com a presença de vários actores do processo eleitoral, com destaque observadores, comandante da Polícia em Chókwè e Procurador de Chókwè.

A escolha de Chókwè foi propositada: é uma das cidades com histórico de irregularidades eleitorais e de violência contra membros da oposição. Aliás, durante o debate

que se seguiu à apresentação do CDD feita por Carlos Mhula, vários participantes denunciaram actos de violência física e psicológica contra membros da oposição e observadores da sociedade civil.

Cooptadas pelo partido no poder, as estruturas do bairro dificultam passar declarações de bairros a pessoas que integraram as missões de observação eleitoral da sociedade civil nas eleições de 2019. Isto é, as pessoas são marcadas pelas estruturas de poder como inimigas e alvos a perseguir simplesmente porque exerceram o seu direito de cidadania de fiscalizar o processo eleitoral. “Quando vamos à secretaria do bairro solicitar declaração, eles recusam-se

a passar o documento alegando que nós somos da oposição. Aqui em Chókwè trabalhar para sociedade civil é sinónimo de ser da posição. É como se ser da posição fosse crime em Moçambique”, desabafou Maria Chauque.

A instrumentalização de jovens é outro problema observado em Chókwè, em particular, e em toda a província de Gaza, em geral. “Há partidos que usam álcool para instrumentalizar as crianças durante a campanha eleitoral. Dão bebida a menores de 18 anos para sabotarem a campanha dos partidos da oposição. Além de ser crime, o consumo de bebidas alcoólicas aumenta a violência durante o processo eleitoral e as



crianças crescem com o sentimento de que pessoas da oposição devem ser combatidas”, reclamou Aniceto Chaia, outro jovem que trabalhou como observador da sociedade civil.

“A democracia ensina-nos que devemos saber lidar com a crítica, devemos saber respeitar as diferenças. Todos nós somos iguais perante a lei. Por quê é que os nossos partidos se batem quando há eleições?”, questionou o velho Mondlane, da Liga dos Direitos Humanos.

Apesar das queixas, há quem viu melhorias em 2019, em comparação com outros processos eleitorais. “Não posso dizer que em Chókwè correu tudo bem. Mas pelo menos em 2019 houve melhorias. A Polícia em Chókwè fez o seu trabalho. Sempre que fosse solicitada corria para o local. No dia em que estive cá Daviz Simango, houve problemas, mas se a Polícia não estivesse no local, teria acontecido o pior”, descreveu a representante do Conselho Cristão de Moçambique em Chókwè.

O registo fraudulento de mais de 300 mil eleitores fantasmas em Gaza para beneficiar a Frelimo e o seu candidato Filipe Nyusi não ficou de fora no debate. Na sua apresentação, Carlos Mhula deixou claro que durante

o recenseamento eleitoral não houve casos de longas filas que justificassem os números anunciados pelo STAE e prontamente desmentidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). “Em Gaza não houve filas durante o recenseamento eleitoral para as eleições de 2019”, disse Mhula, para depois criticar os partidos por não terem participado na fiscalização do recenseamento eleitoral. “Houve dificuldades na operação de máquinas de recenseamento, mas o problema foi resolvido. Nunca houve filas de pessoas durante o recenseamento em Chókwè”, secundou Carla Chilaúle, que trabalhou como observadora das eleições.

Resumidamente, as principais constatações da missão do CDD em Gaza foram: recusa dos órgãos eleitorais em aprovar uma auditoria do recenseamento para esclarecer a discrepância entre os números do STAE e as projecções do INE; desproporção de meios entre o partido no poder e os da oposição decorrente do uso de recursos de Estado; alguns partidos iniciaram tarde as suas actividades de propaganda devido à demora do desembolso do financiamento público à campanha; instrumentalização de jovens para sabotarem a campanha da oposição, propiciando

a ocorrência de violência; destruição de material de propaganda envolvendo todos os partidos; falta de transporte inviabilizou a presença da Polícia em todas as caravanas, sobretudo em locais distantes dos centros urbanos.

Carlos Mhula falou ainda da detenção, em Chókwè, de 18 jovens credenciados como delegados da Nova Democracia no próprio dia da votação. Após permanecerem 45 dias detidos, os chamados “presos políticos” foram libertos mediante a intervenção do CDD que, juntamente com o seu parceiro SAHR-DN, pagou a caução fixada em 720 mil meticais. Entretanto, passam quatros meses e o caso ainda não foi julgado pelo Tribunal Judicial da Província de Gaza, a instância para onde foi encaminhado o polémico processo. Perante o secretismo das autoridades judiciais, até hoje ninguém, incluindo os familiares dos 18 jovens, sabe dizer o que dificulta o andamento do processo ou, no mínimo, em que fase ele se encontra.

Mas a maior atrocidade do processo eleitoral foi o assassinato de Anastácio Matavele, activista e observador eleitoral. Matavele foi assassinado a tiro em plena luz do dia na cidade de Xai-Xai, a uma semana do dia da vo-

tação. E não se tratou de um crime comum: foi um crime de Estado, protagonizado por agentes da Polícia, usando armas de Estado. Mas a prova inabalável de que o assassinato foi um crime de Estado foi dada pelo próprio Comando Geral da Polícia, ao promover os três atiradores que sobreviveram ao acidente que matou outros dois logo a seguir ao ba-

leamento de Matavele.

Tal como acontece com o caso do 18 jovens da Nova Democracia, o assassinato de Matavele ainda não foi julgado e ninguém sabe dizer o que efectivamente se passa no Tribunal Judicial da Província de Gaza. A juíza do caso deu por encerrada a instrução contraditória há mais de um mês, mas o assistente da famí-

lia Matavele voltou a requerer ao tribunal que sejam solicitados às operadoras de telefonia móvel extractos de conversas mantidas entre os arguidos nas vésperas do crime. Trata-se, na verdade, de uma diligência que o assistente tinha solicitado na fase de instrução contraditória, mas a juíza pura e simplesmente ignorou o pedido.

Polícia em Chókwè diz que fez o seu trabalho durante as eleições

Na reflexão organizada pelo CDD, a Polícia esteve representada pelo seu comandante em Chókwè. Aníbal Jamal disse que a Polícia fez o que lhe competia durante o processo eleitoral, designadamente garantir a segurança e protecção de pessoas e de materiais, tanto de recenseamento como de votação. “Durante a campanha, o nosso trabalho era acompanhar/escoltar as brigadas dos partidos. Cada partido devia enviar, com antecedência, a sua agenda para permitir a alocação de agentes para acompanhar as brigadas no terreno. Isso aconteceu, mas de forma deficiente”, disse Jamal, acrescentado que, numa primeira fase, a Renamo e o MDM recusaram-se a partilhar a sua agenda. “Tivemos que destacar nossos representantes para dialogar com esses partidos para que facultassem a agenda. Depois desse encontro passaram a enviar os seus programas de campanha”.

Sobre a detenção de 18 delegados de candidatura da Nova Democracia e mais três da Renamo, o comandante da Polícia em Chókwè explicou o seguinte: “As 21 pessoas foram detidas no âmbito de uma denúncia que reportava ilícitos eleitorais que estavam a acontecer nas mesas das assembleias de

voto. No local, a Polícia constatou que os supostos delegados tinham credenciais falsos e falsificação de documentos é crime. As pessoas foram recolhidas e, no mesmo dia, encaminhadas à Procuradoria. Sobre este caso não gostaria de desenvolver mais, uma vez que está nas mãos da Justiça”, terminou.

Sobre o assassinato de Matavele, o comandante da Polícia em Chókwè comentou nos seguintes termos: “Não tenho desenvolvimento em relação a este caso. O que posso dizer é que, de facto, ouviu-se o grito e a Polícia foi ao local dos factos, tomou as medidas necessárias e há um processo em curso e que aguarda o julgamento para responsabilização dos autores”.

O actual procurador de Chókwè chegou ao distrito a menos de dois meses, por isso não acompanhou as ocorrências registadas durante o processo eleitoral. Ainda assim, usou da palavra para dizer que não é verdade que, durante os processos eleitorais, as instituições da justiça sempre decidem a favor a Frelimo e em prejuízo da oposição. E deu o exemplo do que aconteceu em Chicualacuala, distrito onde esteve a trabalhar até 2019: “Em Chicualacuala houve ilícitos eleitorais e a maior parte foi praticada por

membros do partido Frelimo. E houve responsabilização. Isso mostra que as instituições da justiça decidiram em função da lei”, disse. O magistrado apelou a todos os partidos a trabalharem em harmonia: “Ninguém deixa de ser moçambicano porque pensa diferente. Temos que nos aceitar uns aos outros como moçambicanos”.

Os três principais partidos foram convidados para participar do evento: a Frelimo gazetou e a Renamo e o MDM marcaram presença. “A Polícia melhorou muito nas eleições de 2019, mas sendo uma força dominada pelo partido Frelimo sempre terá uma actuação questionável. Os órgãos eleitores recusaram-se de credenciar alguns delegados da oposição. No dia da votação, os presidentes das mesas não aceitavam entregar actas e editais aos delegados da oposição. Por isso, não temos moral para dizer que o processo eleitoral foi transparente”, avaliou Alberto Nhamuche, delegado do MDM na Província de Gaza. Já o representante da delegação política da Renamo em Gaza, Constantino Ubisse, apontou para a violência, fraude e a destruição de material de propaganda da oposição como os problemas mais graves registados nas eleições do ano passado.

INFORMAÇÃO EDITORIAL

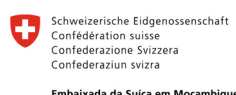
Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: João Nhabanga Tinga
Autor: João Nhabanga Tinga
Equipa Técnica: João Nhabanga Tinga, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Denise Cruz, Isabel Macamo.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
 Telefone: 21 41 83 36

 Centro para Democracia e Desenvolvimento

 CDD_eleicoes | **E-mail:** info@cddmoz.org | **Website:** www.cddmoz.org/eleicoes

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO